TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Murillo Canella[1]

Uma das marcas fundamentais de nosso tempo é a incessante gênese de ambivalências e paradoxos no ínterim do tecido social. E isso não é tampouco o efeito de ações; é, antes, sua causa. Diversos processos sociais contemporâneos revelam uma conturbada orientação à autoconfrontação e à reflexividade em suas bases elementares. A democracia, no livre e também delimitado embate das potencialidades da liberdade, torna-se um ente reflexivo, atravessada por novas sínteses e novos valores.

Calcada nesse princípio reflexivo está a análise de Tzvetan Todorov. Intelectual de fôlego, com uma vasta e multifacetada obra, é um dos "espíritos" de Ciência de nossa época. E esse "espírito" caracteriza-se por uma análise compreensiva e relacional dos diversos âmbitos da ação humana, rechaçando toda hermética sistematicidade e aridez argumentativa – o que durante muito tempo concebeu-se como o princípio elementar da Ciência. Com uma escrita límpida, fluida e de grande beleza literária, Todorov faz do ensaio sua magna expressão, o que lhe permite concatenar livremente os elementos de sentido de sua construção teórica.

Em *Os inimigos íntimos da democracia*, Todorov percorre por sete capítulos o quê de autoenfrentamento e autoconfrontação dos variados elementos constitutivos da democracia, bem como os seus enormes paradoxos. De acordo com a disposição textual, sumariamente compreende-se as seguintes ideias: os paradoxos da liberdade, aliados à pluralidade constitutiva da democracia; o embate entre as ideias de Pelágio e Agostinho em relação à natureza humana; os subsequentes projetos políticos que resultam do espírito de perfectibilidade consciente e imperfeição inconsciente, objetivados no messianismo político; a supervalorização do indivíduo decorrente do ideário liberal; os efeitos nefastos do neoliberalismo em diversas instâncias da vida humana; o populismo e a xenofobia como um reflexo ambivalente do discurso democrático presentes na demagogia; e, por fim, um possível futuro à empiria e à idealidade da democracia.

[1] Formado em Ciências Sociais pela Unesp (FCLAr - Campus Araraquara). Mestrando pela Unesp (FCLAe - Campus Araraquara). Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social. Bolsista CNPq. E-mail: murilo_canella@hotmail.com.

A gênese da discussão acerca do autoenfrentamento do regime democrático foge à heurística alusão grega: Todorov concebe a Pelágio e a Agostinho o sentido de sua análise. Pelágio, um "livre" pensador cristão, chocou Roma no século IV com suas doutrinas: o desapego material e a crença ilimitada na vontade humana. Para ele, o que caracteriza o homem é sua vontade. Para Agostinho, fervoroso Bispo e entusiasta católico, a natureza humana é inominável e inconsciente, o que por si só revela a fragilidade do homem. O pecado original é a expressão dessa impotência e fragilidade herdadas pela espécie. Todorov retira desse famoso debate o fermento maniqueísta de várias ideologias políticas: instaurar uma ordem perfeita sobre as partes – indivíduos – imperfeitas.

A objetivação desse discurso filosófico forneceu a base ideológica necessária ao projeto do messianismo político, inaugurado com a Revolução Francesa. Uma das faces do "bem maior" representado por ela foi o terror – Pelágio, com a perfeição, encontra-se com Agostinho e sua imperfeição. Segue-se daí que o messianismo político, cujo um de seus principais representantes foi Napoleão Bonaparte, revela um projeto ambivalente: à universalização dos valores liberais corresponde um "nivelamento" cultural, uma violência cujos limites excedem a força física e se instauram como truculência subjetiva. As guerras coloniais são o exemplo disso: dentro do universo liberal postulado pela civilizada metrópole, a liberdade é alvo de seletas e censuras. O próprio projeto messiânico revela uma disparidade que contradiz o cerne da teoria liberal – a igualdade entre os homens: é preciso levar a civilização aos povos "atrasados" que compactuam outros valores. Ao messianismo dos séculos XVIII e XIX soma-se o messianismo comunista no século XX e o típico messianismo do século XXI: impor a democracia pelas bombas – todos os três compactuando um universo em que determinados valores são autonomizados do complexo quadro relacional do qual o tecido social é constituído, isolados e elevados à potência suprema da vida. Contemporaneamente, impor a democracia pelas bombas é somente um, entre os muitos paradoxos democráticos. Uma análise dos últimos dez anos no Médio Oriente permite conjecturar que impor a democracia não é de forma alguma sinônimo da emergência de uma sociedade civil organizada, asseguradora de um Estado de bem-estar. Milênios encarregaram-se da manutenção e da sólida subjetivação de valores culturais sob os quais a democracia parcialmente penetra.

Um dos princípios dessa "onda" paradoxal é a doutrina neoliberal. Uma de suas bases é a "tirania" do indivíduo, tomado como cerne radical e instrumental da existência. A partir do século XIX, a economia torna-se um ente autonomizado em face do complexo tecido social.

Com essa autonomia, e calcada teoricamente no pensamento liberal, a livre concorrência e a "mão invisível" do mercado bastariam à consecução de todos os conflitivos fins sociais. Corolário disso é a configuração de um quadro ambivalente: a partir do século XX, com a intensificação dos processos da globalização econômica, o Estado nacional é alvo de um neologismo – passa a ter o seu papel limitado ainda mais à esfera econômica. A precarização do trabalho torna-se um mote, pois a esfera de ação do Estado sob o capital diminui. Daí também derivam-se problemas de ordem ideológica: filha dileta da mobilidade, a imigração passa a ser um problema político, alvo de debates demagógicos e programa de partidos xenófobos. A democracia não se torna garantia de uma vida civilmente digna; há mesmo o retrocesso da lei em vários segmentos da existência. O neoliberalismo deturpa o potencial positivo de diversos constructos modernos – entre eles, o da ciência, que num frenesi empresarial dá as costas à humanidade e coloca a vida de milhares de pessoas em risco. Ser livre não implica um domínio anárquico: a liberdade ganha senso somente dentro de contextos, e os contextos são extremamente mutáveis na mutável história. Forma-se a partir daí um complexo quadro no qual formas de vida e instituições ascendem a novas significações sócio-culturais.

Talvez uma das formas negativas que a reflexividade da democracia coloca com maior força na contemporaneidade é a volta de antigas certezas. O xenofobismo é uma delas. É, contudo, causa e efeito de uma visão míope, incapaz de conceber contextualizações e relações. Findo o delírio nazista, percebe-se novamente a ascensão de partidos de extrema direita na Europa, cujo um dos principais lemas é: "a Europa para os europeus". Há, novamente, o apego cego às categorias de nacionalidade como um princípio delimitador de pertença social. Porém, nessa temática há um tremendo paradoxo: num mundo que se configura globalmente, o pertencimento inequívoco a uma só nação é um princípio de integração social? O viés político desse anacronismo – o discurso dos partidos de extrema direita – dá as costas à empiria, pois é incapaz de compreender o complexo contexto global (o fluxo de indivíduos, a quebra da nacionalidade como princípio estruturador de solidariedade, a múltipla pertença nacional etc.). Em face da complexa realidade, marcada por um denso feixe de interesses contraditórios e forças desproporcionais, essas antigas – e irracionais – certezas são, mais do que nunca, um ponto a ser combatido.

Todorov autodenomina-se historiador das ideias; com isso, transita entre várias correntes de pensamento sem se cristalizar dogmaticamente – é, antes, um intelectual preocupado com contextos e relações. Por ter vivido a experiência comunista na Bulgária,

atenta-se às enunciações dessa doutrina no que tange à extirpação do mal na Terra – a centelha agostiniana. Contudo, em face do neoliberalismo desenfreado, da transformação do homem num projeto puramente egóico, lança suas armas: o homem é, acima de tudo, um ser social – o voluntarismo pelagiano. Nas entrelinhas de seu texto pode-se depreender um senso republicano da vida: a democracia é capaz, através do equilíbrio de seus vários elementos constitutivos (poder do povo, fé no progresso, liberdades individuais, economia de mercado, direitos naturais, sacralização do humano), tornar a vida um pouco mais hospitaleira à humanidade dos homens: indivíduo e sociedade não se tornam polos dicotômicos, mas sim braços de um mesmo rio. Em um mundo sem os grandes inimigos comunistas e nazistas de outrora, os males que acometem a democracia provém de seu interior: da disparidade de seus valores constitutivos, isolados e autonomizados em uma forma que prescinde do relacionismo e da cooperação entre as esferas da vida social. Todorov revela-se um perspicaz intelectual, munido de um extremo senso realista, no qual a vontade humana pode sempre trabalhar em suas inerentes incompletudes e debilidades.